

Apresentação de

Trilhos. Memórias. Por vezes, Quase um Diário

de Luís Valente de Oliveira

Culturgest, 30 de janeiro de 2025

Não é fácil falar ou escrever sobre uma obra de 4800 páginas. Porém, a leitura dos 12 volumes de *Memórias* de Luís Valente de Oliveira é fluída e cativante, porque se intromete nas nossas próprias memórias do tempo descrito. Porque nos incita a fazer jornada por estes *Trilhos*.

Seguirei uma abordagem transversal, compreensiva, em torno de 4 tópicos fundamentais: 1. Acontecimentos; 2. Pessoas; 3. Instituições; 4. Problemas.

1. A narrativa dos factos

Os *Trilhos* permitem percorrer uma linha do tempo. Dão-nos uma sequência cronológica de acontecimentos marcantes que a memória do seu autor regista, ou de factos reais que pretende que os leitores (do presente e do futuro) registem na sua memória. Pelo encadeamento dos dias no calendário político, são testemunho de uma vontade genuína de prestação de contas, de relatar como tudo, ou quase tudo, aconteceu.

No volume inicial há espaço para algumas digressões fora do território político: são os factos narrados do ambiente familiar, da formação no colégio Almeida Garrett, na Faculdade de Ciências e na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, o serviço militar na Guiné, o início da carreira docente, a formação avançada em Haia e Londres, a descoberta de uma vocação, alicerçada ao longo da vida, de especialista em matérias de planeamento e desenvolvimento regional.

E no volume final há lugar para reflexões e balanços sobre factos que marcaram o seu percurso e moldaram a sua personalidade.

Nos momentos mais descontraídos em que vai desfiando memórias, Valente de Oliveira mantém sempre uma postura de prudência, para não deixar o leitor entrar ou perscrutar a sua intimidade.

Por isso, estes trilhos são deliberadamente políticos, dão-nos a prova dos factos que marcaram uma ação política intensa, entrecortada momentaneamente por regressos à base de onde tudo partiu: o Porto, a Faculdade de Engenharia e a Comissão de Planeamento da Região Norte.

Recorde-se que o trajeto governativo de Valente de Oliveira decorreu em três etapas:

- a ascensão à vida política ativa em 1978, integrando o 4º governo constitucional de Mota Pinto como Ministro da Educação e Investigação Científica.
- a longa marcha da travessia de uma planície de estabilidade política nos governos de maioria relativa e de maioria absoluta de Cavaco Silva, entre 1985 e 1995, nos quais serviu na pasta do Plano/Planeamento e Administração do Território, com os pelouros da administração local, do ordenamento do território, do desenvolvimento regional, do ambiente e recursos naturais, da ciência e tecnologia, agregando a tudo isto a gestão dos fundos de programas europeus, designadamente FEDER , FEOGA, PEDIP, FSE, EUREKA, PRAXIS e CIENCIA.
- o trajeto final no governo de Durão Barroso, entre abril de 2002 e abril de 2003, na qualidade de ministro com os pelouros mais dignos a que um engenheiro civil de formação pode ambicionar: obras públicas, transportes e habitação.

No final deste percurso, assistimos ao envolvimento na política local, no seu Porto sentido, “de quem vem e atravessa o rio”, colaborando ativamente na preparação dos programas eleitorais de Rui Rio e servindo como Presidente da Assembleia Municipal do Porto.

Tomando como referência central os 10 anos entre 1985 e 1995, a narrativa dos factos prossegue pelos trilhos da vida política quotidiana, dando conta de centenas de reuniões para discussão do Orçamento de Estado, do PIDDAC, das GOPs, do QCA, dos Pacotes Delors, dos PDMs e da Lei das Finanças Locais, da Presidência da Comunidade Europeia em Portugal, dos projetos específicos em cada uma das áreas de governação. Reuniões e audiências com representantes

dos partidos políticos e da sociedade civil, com autarcas, empresários e sindicalistas, com ministros e comissários europeus (Bruce Millan e Jacques Delors) com diversos especialistas nacionais e internacionais.

Mas o leitor é também surpreendido com momentos de pausa em que os factos narrados, são umas férias de visita a fortalezas portuguesas na costa marroquina, uma conversa despreocupada e divertida num jantar entre amigos, a visita a um museu ou a uma exposição, um passeio pelo Douro, um testemunho sobre os prazeres da leitura.

Sobre a relevância dos factos que relata não sobram quaisquer dúvidas. Dão-nos um retrato de acontecimentos que marcaram a vida política, social, económica, institucional, cultural e científica portuguesa num período crucial da nossa história contemporânea. E disso tem consciência Valente de Oliveira quando afirma:

“Suponho que os historiadores que olharem para essa década [1985-1995], apreciarão o facto de terem à sua disposição um depoimento tão direto acerca do que era o dia-a-dia de um ministro. É certo que só ficarão com uma perspetiva muito focada num conjunto de responsabilidades que, apesar de tudo, era vasto. Deverão, por isso, cruzar o que eu digo com as suas outras fontes habituais. Mas estas notas ajudá-los-ão a entender a época” (Vol. 10, 176).

É mesmo assim, são apontamentos e registos de factos, vistos pelo olhar próprio de quem os viveu e de quem os relata com algum distanciamento crítico (20 anos depois). Num dos apontamentos de avaliação do significado desse período que denomina de “cavaquismo” – que foi, indiscutivelmente, um dos períodos de maior crescimento económico na história da democracia portuguesa, em larga medida decorrente do processo de efetiva integração europeia –, Valente de Oliveira revela algum desapontamento ou insatisfação com a ausência de uma estratégia ponderada, com aquilo que considera ser “pragmatismo sem ideologia”, que terá sobretudo servido para estimular a ascensão de uma classe média ávida de consumo, mas sem resolver as principais assimetrias do país (nos planos social e regional).

2. Os atores, as pessoas

Em todos os factos narrados existem pessoas envolvidas. Quem esteve nas reuniões e audiências, quem emitiu uma opinião ou um conselho. São cerca de 1600 os nomes referidos por Valente de Oliveira nestas suas memórias vividas. Aos quais se devem acrescentar muitos nomes mantidos em anonimato por respeito da confidencialidade das reuniões havidas.

As pessoas acompanham-no nestes trilhos de forma diversa. Em muitas situações, identificam-se afinidades eletivas declaradas, profundas. Pessoas que sempre estimou pelas suas qualidades, não por serem seus admiradores ou epígonos. Respeitando o modo de ser de Valente de Oliveira, não vou obviamente dizer quem são os nomeados, entre os vivos. Porém, entre os que já não estão entre nós, registem-se a título de exemplo alguns nomes reveladores da intenção de aproximação a pessoas que pensavam de forma diferente, “fora da caixa”: Agostinho da Silva, António José Saraiva, Jorge Borges de Macedo ou Vasco Graça Moura. Imagina-se a genialidade das conversas que mantiveram com o propósito de preparação das GOP.

É notável o modo como elogia os seus adversários políticos, reconhecendo a sua inteligência ou coerência de raciocínio, ainda que lamente o desacordo impossível de sanar.

E não esconde o desencanto provocado por alguns personagens que os seus trilhos cruzaram. Também não direi os seus nomes, *et pour cause*. Mas é apreciável o modo como Valente de Oliveira lida com as pessoas de quem não gosta: a mágoa que não gera rancor, a ingratidão que não produz ódio, a deslealdade que não provoca desejo de vingança.

De tudo isto resulta uma atitude generosa e magnânima, o propósito de acolher nas pessoas o que de melhor têm para dar (dispensando casos perdidos ou inúteis...), valorizando genuinamente o que têm de melhor, procurando que o acompanhem nos seus trilhos.

Esta passagem revela bem esse sentido agregador de homens e mulheres com qualidades:

“Quando folheio os meus cadernos de notas, não posso deixar de me interrogar sobre o paradeiro de centenas de pessoas que eu conheci, mas que desapareceram completamente da esfera pública de ação. Possuem uma experiência inestimável que poderia ser útil” (Vol. 2, p. 98).

A convivência e conhecimento das pessoas que com ele dialogaram e privaram, com quem estabeleceu relações de cumplicidade, permitem a Valente de Oliveira traçar um retrato, esboçar um perfil psicológico dos portugueses, e do modo como se relacionam com o seu país. O ânimo com que tantas vezes enaltece virtudes e capacidades individuais, não esconde o tom sombrio com que se refere ao espírito coletivo: a fraqueza das elites; a dificuldade de reconhecimento do mérito (próprio e alheio); o fatalismo (por oposição a inconformismo); a falta de autoconfiança; o adiamento sucessivo dos problemas a resolver; a ausência de pensamento estratégico e a obsessão com o curto prazo; a superficialidade na abordagem de problemas na esfera pública;

Nem todos concordarão com o diagnóstico, tantas vezes repetido por tantos pensadores, sobre a essência da alma portuguesa. Porém, Valente de Oliveira fundamenta o seu veredicto na experiência política que lhe foi possível percorrer.

3. As instituições, instrumentos indutores de mudança

Valeria a pena registar o elenco de todas as instituições referidas por Valente de Oliveira ao longo dos 12 volumes dos *Trilhos*. Serão certamente muitas dezenas. Organismos governamentais, órgãos de poder local, instâncias de decisão política, comissões técnicas de âmbito local, regional ou nacional, associações empresariais, sindicatos, universidades, instituições de cultura e ciência... impossível registar todas as categorias.

São as instituições que enquadram a narrativa dos factos. E é em torno delas que as pessoas (que não são espetadores passivos) se mobilizam.

Muitas das instituições resultam diretamente do empenho que Valente de Oliveira pôs na sua criação ou revigoração. Alguns exemplos:

- INA, INE, Instituto Geográfico Cadastral, INSCOOP, JNICT, Agência Nacional de Inovação;

- O Taguspark e outros Parques de Ciência e Tecnologia
- O parque de Serralves e o CCB

E, claro está, as instituições em que esteve diretamente envolvido quando não exerceu cargos governativos: a sua Universidade do Porto, a Comissão de Coordenação da Região Norte, a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, a coordenação europeia das Autoestradas do Mar.

Mas as instituições são também as instâncias de conceção estratégica, de aconselhamento técnico e de execução política nos diversos domínios em que as suas funções ministeriais se desenvolveram: a barragem do Alqueva, as autoestradas, os portos e aeroportos, a nova travessia do Tejo, o alargamento da ponte 25 de Abril, os processos de privatizações, a racionalização do setor empresarial do Estado, os incentivos e os programas integrados de desenvolvimento regional, a gestão dos fundos comunitários, o ordenamento do litoral e as paisagens protegidas...

É impossível prosseguir a enumeração. Mas gostaria de deixar 2 notas adicionais.

A modernização das instituições passa também, muitas vezes, pela sua extinção. Os casos da extinção do gabinete da área de Sines ou da comissão da Expo 98 são reveladores da coragem política indispensável para não se perpetuarem situações de obsolescência ou obstinação institucional. O mesmo em relação à extinção do INIC e sua incorporação na JNICT.

Mas a renovação institucional depende muito da disponibilidade de quem ocupa lugares de direção nas organizações que se pretendem revitalizar. O exemplo da Academia das Ciências de Lisboa é bem elucidativo desse dilema.

Não podendo alongar-me com este exemplo (como tanto gostaria...) direi apenas que foi com Valente de Oliveira que a Academia transitou da tutela ministerial da Cultura para a tutela da Ciência, em 1986. Ninguém duvida do acerto de tal decisão. Mas está ainda por fazer e por analisar o balanço das tentativas de Valente de Oliveira para incutir um novo dinamismo a esta instituição, plenamente alcançável, atendendo ao seu prestígio consolidado, o que, todavia, exigiria uma reforma profunda do seu funcionamento.

Para tão grande ambição, outros tinham de ser os meios e os protagonistas. Não posso mesmo alongar-me sobre este assunto. Fica a promessa de introduzir a sua discussão no local apropriado.

A segunda nota que gostaria de deixar refere-se à importância que as instituições europeias e internacionais têm nos trilhos e andanças de Valente de Oliveira. O país não é uma ilha e os ensinamentos proporcionados pelos horizontes mais amplos em que se movimentam pessoas e instituições têm de ser bem valorizados. (os exemplos da inscrição de Portugal como membro de redes de ciência e inovação, designadamente do CERN, da rede EMBO na área da Biologia Molecular e da Agência Espacial Europeia).

Em suma: prevalece no roteiro traçado por Luís Valente de Oliveira a ideia de que as instituições são indutoras de mudanças. Tais mudanças fazem supor a existência de objetivos, instrumentos e metas, tendo em vista a resolução de problemas; o que nos permite introduzir o último tópico desta apresentação.

4. Problemas: planeamento, regionalização e desenvolvimento

Estou em crer que foi deliberada a intenção de Valente de Oliveira de inscrever, nos 10 anos de governos de Cavaco Silva, a designação do seu ministério com as palavras plano/planeamento e administração do território.

Em março de 1986, num debate sobre as GOP, o deputado José da Silva Lopes (da bancada do PRD) interpelou Valente de Oliveira nos seguintes termos:

“Mas diga lá qual é a sua filosofia de planeamento?” e a resposta foi: assegurar a coerência e a coordenação do investimento público: “planification à la française” (Vol. 2, 64).

Quando deu esta resposta, talvez estivesse a pensar nas contribuições dadas, na França do pós-guerra, por Jean Monnet, Jacques Rueff ou François Perroux, ou seja, nos modelos da planificação indicativa e nos polos de crescimento.

Esta é uma das chaves para a compreensão da visão de Valente de Oliveira sobre as condições indispensáveis ao desenvolvimento do país.

Em 1986, ainda poderia haver alguma resistência à utilização de um conceito – plano/planeamento – suscetível de sugerir conotações, pouco recomendáveis, com a planificação centralizada e imperativa das economias do bloco de leste.

Porém a “*planification à la française*” era uma saída airosa e sintética para explicar que o investimento público beneficiava de algum tipo de programação e supervisão do Estado, de planeamento.

Deste modo, Valente de Oliveira retoma a sua experiência de pós-graduação no Institute of Social Studies de Haia em Planeamento do Desenvolvimento Regional (Regional Development Planning), no final da década de 1960 (onde ouviu conferências de Jan Tinbergen e John Hicks), e também a fase inicial do seu doutoramento no Imperial College de Londres.

Concluído o doutoramento, seria chamado a uma colaboração técnica (na fase final da primavera marcelista) na preparação do IV Plano de Fomento (1974-1978), que não chegou a entrar em vigor. Todavia, o contacto com as equipas de engenheiros e economistas que circulavam na órbita de gabinetes técnicos ministeriais e do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros (lembremos os nomes de João Salgueiro, Rogério Martins, João Cravinho e Vitor Constâncio, entre muitos outros), permitiu compreender que a linguagem do planeamento era, afinal, o léxico indispensável para quem pretendia criar as condições de desenvolvimento do país.

Em texto recente, na alocução que em julho de 2024 fez no Dia da Academia das Ciências de Lisboa (por ocasião da sua eleição como sócio honorário desta instituição), Valente de Oliveira recordou de forma sintética o sentido primordial do desenvolvimento entendido como “o crescimento acompanhado pela distribuição dos seus frutos e pela participação dos beneficiários e dos agentes dos processos que os produzem”. Uma definição que bem pode servir como ilustração do lema que tem cultivado ao longo da sua carreira.

Mas há ainda outra chave essencial para a compreensão do alcance do planeamento enquanto fator de desenvolvimento. Que é, afinal de tudo, uma das maiores paixões cívicas de Valente de Oliveira: a regionalização.

Uma paixão excessiva? Incompreendida? Traída?

Os *Trilhos*, as memórias, o quase diário, não são escassos em testemunhos sobre a esperança da Lei-quadro da regionalização de agosto de 1991, sobre o inconformismo perante o volte-face de uma descentralização sempre adiada, ou sobre a mágoa dos resultados do referendo de 1998. Mas não é esta a ocasião para se fazer um balanço do que correu mal.

O certo é que, boa ou má, a ideia continua a agitar consciências e a mobilizar valentes bandeirantes; uma ideia central nos seus trilhos de cidadania ativa.

5. Epílogo

A terminar, permitam-me que evoque o momento em que os meus passos se cruzaram nos trilhos do Professor Luís Valente de Oliveira. Foi em 2005, quando amavelmente me convidou para colaborar na edição da série de 6 volumes, que viriam a ser publicados pelo jornal *Público* em 2006, com o título genérico de “Portugal como Problema”. Um título ousado e acertado, apesar de polémico. Pedro Calafate ocupou-se da organização de uma ambiciosa e bem conseguida antologia de textos políticos e filosóficos, reunidos em 4 volumes; e coube-me em sorte organizar uma antologia de textos de pendor essencialmente económico, do século XVII ao século XX, reunidos em 2 volumes. À ousadia do “Portugal como problema” acrescentei a provocação de um subtítulo: “A economia como solução”. Expliquei ao Professor Valente de Oliveira que, se havia um problema, teria de haver pelo menos uma solução, sabendo que os economistas raramente se entendem sobre a unicidade da resposta. E o desafio foi aceite.

Devo dizer que se o *Público* voltasse a convidar o Professor Valente de Oliveira para ser editor de novas antologias de reflexão sobre os problemas do país, e caso eu viesse a ter o privilégio de ser novamente convidado a colaborar, o subtítulo seria diferente: em vez de “a economia como solução”, seria “o desenvolvimento como desígnio”.

Porque é esse o sentido e o horizonte último a que estes *Trilhos* conduzem: o desenvolvimento como desígnio. Muito obrigado, Professor Luís Valente de Oliveira, por nos juntar nesta caminhada.

José Luís Cardoso